

Lixão de Cuiabá será fechado até março e dará lugar a EcoParque

Gilberto Leite



O processo de desativação do atual aterro sanitário de Cuiabá, mais conhecido como lixão, será gradativo com término previsto para março de 2023. O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) divulgou o cronograma que será executado até o fechamento total. O

procedimento será dividido em quatro fases: 35% do lixo será retirado ainda neste mês; chegando a 100% em março de 2023. O atual aterro ocupa uma área de 65 hectares na região do Coxipó do Ouro, desde os anos 90, com mais de 4 milhões de toneladas de

lixo. Com a mudança, o lixo retirado do local será encaminhado para o novo espaço para destinação adequada de resíduos, chamado de EcoParque Pantanal, administrado pela empresa Orizon

PÁG. 6

Emanuel dá largada nas obras de revitalização do Mercado Municipal

Gilberto Leite



Com quatro pavimentos, mais de 180 lojas, praça de alimentação, quiosques, restaurantes em ambiente climatizado, a ordem de serviço para requalificação do Mercado Municipal Miguel Sutil foi assinada nesta quarta-feira, 21 de dezembro, pelo prefeito Emanuel Pinheiro (MDB). Serão investidos mais de R\$ 120 milhões em área bruta de 3.674 m². As obras serão realizadas por meio de uma Parceria Público-Privada (PPP) e devem ser concluídas até o final de 2024. "Me sinto orgulhoso de poder liderar um momento como este, onde vamos trazer a juventude, a boêmia de volta ao Centro Histórico, dando sequência ao movimento iniciado pelo ex-prefeito Emílio Vicente Vuolo. O que antes estava abandonado, agora recebe toda prioridade", disse o prefeito

PÁG. 6

Custo da safra já chega a R\$ 58 bi

Os produtores de soja de Mato Grosso aumentaram o uso de recursos próprios para financiar a safra 2022/2023, aponta um estudo realizado pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea). O total do custeio dessa safra foi de R\$ 57,99 bilhões, sendo que 33% veio direto do bolso do produtor, o que equivale a R\$ 18,87 bilhões. De acordo com o estudo, o uso de mais recursos próprios nessa safra tem como principal motivação o fato de os produtores estarem bem capitalizados, pois foram beneficiados pelos aumentos nos preços das commodities

PÁG. 7

"Europa ficou em saia justa"

O presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt), Gustavo de Oliveira, afirmou que a União Europeia ficou 'numa saia justa' durante a Conferência do Clima (COP 27), que ocorreu no início do mês de novembro, no Egito. O motivo da 'saia justa' é que a Europa fez muita propaganda contra a geração de energia por meio de fontes consideradas 'sujas', como o óleo diesel e carvão, mas passou a usar essas mesmas fontes para gerar a maior parte de sua energia nos últimos meses. Gustavo ainda cobrou uma contribuição maior dos países ricos para conter as mudanças climáticas, já que foram eles que mais se beneficiaram com a 'carbonização' da economia no último século

PÁG. 8

Wikimedia Commons



Emanuel prepara troca de secretariado para 2023

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), está avaliando o trabalho desenvolvido pelo secretariado para decidir quem deve continuar na gestão nos seus dois últimos anos de mandato. Em conversa com a imprensa, o emedebista disse que a análise ocorre em todas as pastas municipais, sem exceções, e comentou que o quadro de gestores deve passar por mudanças. A primeira mudança deve ocorrer na Secretaria de Turismo da Capital

PÁG. 3

Assembleia faz força-tarefa e aprova 'pacotão do governo'

Os deputados estaduais aprovaram, em uma série de sessões ordinárias realizadas na segunda-feira, 19 de dezembro, o pacote de projetos enviados pelo governo nas últimas semanas para reforçar o caixa no Estado no próximo ano. Os debates se estenderam da tarde para a noite e a última sessão se encerrou por volta de 23h. Entre as matérias aprovadas estão medidas para reforçar o caixa do Estado

PÁG. 4

Trio vota contra PEC da Transição

PÁG. 5

EDITORIAL

A necessidade faz a hora

O número de empresas criadas em 2021 bateu recorde absoluto, atingindo a marca de 4,026 milhões de novos empreendimentos em apenas um ano - crescimento de 19,7% na comparação com o ano anterior. A análise fria dos números faz parecer que a economia brasileira está 'voando', como propala nosso ministro da Economia, Paulo Guedes. No entanto, basta uma análise mais detida à realidade por trás dos números que fica perceptível que a situação não é bem assim.

Conforme dados do próprio Ministério da Economia,

o ano de 2021 se encerrou com um total de 12 milhões de desempregados, o equivalente a 11,1% da força de trabalho nacional. Quem não quis se tornar estatística, precisou usar de todas as forças para garantir a renda suficiente para pagar as contas e cuidar de suas famílias. Eis, então, a razão principal para o enorme salto no número de empresas criadas em 2021: a necessidade.

Isso fica perceptível em cada conversa com os atores do mercado, em especial no setor de alimentação. Hoje, restaurantes, hotéis e lanchonetes

enfrentam dificuldade para encontrar trabalhadores qualificados porque precisaram demiti-los no auge da pandemia. Sem emprego, esses trabalhadores migraram para outros setores ou criaram suas próprias empresas. Eles são impulsionados por uma economia cada vez mais dinâmica, visto que hoje não é necessária uma grande estrutura para atendimento ao público. Um espaço na cozinha de casa basta para elaborar quitutes e despachá-los via aplicativos de delivery. Basta ver que de cada 10 empresas abertas, 8 são de microempreendedores individuais - os MEIs.

Essa tendência já havia sido observada em 2020,

primeiro ano da pandemia de covid-19, quando o contingente de desempregados aumentou de forma assustadora. A pesquisa GEM (Monitor de Empreendedorismo Global, na sigla em inglês) identificou que o número de empreendedores nascentes (com menos de 3 meses de negócio) motivados pela necessidade saltou de 20,3% em 2019 para 53,4% em 2020.

É normal que as crises impulsionem o surgimento de novos negócios e certamente há um efeito favorável à economia, com mais pessoas conseguindo meios para garantir o sustento de suas famílias, o que faz toda a engrenagem girar. Porém, ainda é preciso ver até onde esses

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

empreendedores conseguirão chegar, já que abrir uma empresa - principalmente como MEI - é uma tarefa muito mais fácil do que mantê-la em funcionamento. Eles precisarão de uma forte rede de apoio para guiá-los e ajudá-los a encontrar o tão almejado sucesso. Pode ser mais difícil, mas certamente será recompensador.

Confie em Deus

Francisney Liberato (*)

Confie no Senhor e faça o bem; assim você habitará na terra e desfrutará segurança. Salmos 37:3

Confiança não é algo fácil para conversar abertamente, ainda mais vivendo em um país como o Brasil. Será que confiar é fácil? Baseado na vida e no país em que estamos vivendo, creio que não seja nada fácil confiar.

Como nós brasileiros podemos confiar nas instituições públicas? O índice de corrupção do Brasil é um dos maiores do mundo. A corrupção está alastrada em todos os entes políticos, órgãos públicos e nas empresas privadas.

O tal do "jeitinho brasileiro", já não é algo correto, mas sabemos que o brasileiro aprecia ganhar vantagens em tudo que se dispõe a fazer. Não é correto da mesma forma exceto se de forma lícita.

Confiar não é fácil, ainda mais em um mundo como o nosso, onde o filho mata o

pai; o pai trai a mãe; as pessoas compram carteira de motorista; os indivíduos sonégam impostos etc.

Se eu pedir para uma criança qualquer subir ao topo de uma árvore, e eu ficar embaixo, e disser a ela: "Pule! Pode pular que eu vou te segurar", você acha que a criança vai pular? Eu creio que não, uma vez que essa criança não me conhece e muito menos confia em mim.

Um outro cenário. O pai faz um pedido para o filho subir ao topo da árvore; depois, ele embaixo, fala para o filho: "Pode pular que papai vai te segurar". Você acha que ele vai pular? Eu creio que sim. Sabe por quê? Porque o filho conhece e confia no pai.

Muitas pessoas dizem que não confiam em Deus, que Ele não existe e que não é um deus de verdade. Ledo engano. Deus existe, independentemente se você acredita ou não. Isso é fato e ponto.

Para confiar em Deus de modo verdadeiro, é indispensável que você possa conhecê-lo

profundamente, não apenas de forma superficial.

Se conhece, confia. Se não conhece, desconfia. A lógica é a mesma para os nossos relacionamentos. Quanto mais eu me aproximo de alguém e o conheço, a probabilidade de eu confiar nele (a) é muito maior.

Moisés teve que confiar em Deus para atravessar o Mar Vermelho conduzindo milhões de pessoas do povo de Israel. O parafuso teve que andar, quando Cristo disse para que ele se levantasse. Se conhece, confia, do contrário, não confia.

Confiar em Deus quando tudo vai bem é fácil; agora, confiar quando tudo vai mal, é nessas horas que a nossa fé é provada.

Conheça e confie em Deus, pois Ele conhece o nosso coração e sabe fazer o melhor para cada ser humano. Quem conhece, confia, e quem confia, entrega, e quem entrega, descansa. Aprenda diariamente a confiar nEle que o mais Ele fará.

FRANCISNEYLIBERATO

é Auditor do Tribunal de Contas. Escritor, Palestrante, Professor, Coach e Mentor. Mestre em Educação pela University of Florida. Doutor em Filosofia Universal Ph.I. Honoris Causa. Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Vice-presidente da Associação Brasileira dos Profissionais da Contabilidade - ABRAPCON. Membro da Academia Mundial de Letras. Autor dos Livros: "Mude sua vida em 50 dias", "Como falar em público com eficiência", "A arte de ser feliz", "Singularidade", "Autocontrole", "Fenomenal", "Reinvente sua vida" e "Como passar em concursos - Vol. 1 e 2", "Como falar em público com excelência", "Legado", "Liderança", "Ansiedade", "Mude sua vida em 50 dias Premium" e "Inteligência emocional". www.francisney.com.bre Palestrante



Ensino Médio Integral

Wellington Fagundes (*)

Depois de dois anos de intenso trabalho em equipe, a Subcomissão Temporária do Senado Federal sobre os Impactos da Pandemia na Educação Brasileira, a qual teve a satisfação de integrar, divulgou o seu relatório final. Guiados pelo objetivo de monitorar os impactos da Covid-19 na educação brasileira, de maneira a propor uma estratégia capaz de superar pontos críticos, produzimos recomendações que conclamam a todos os entes públicos para que se deem as mãos no atendimento às grandes prioridades de garantir, especialmente, permanência dos estudantes nas escolas e recomposição da aprendizagem. Para atender a tais objetivos, dentre outras medidas, destaca-se a Educação Integral.

Felizmente, há evidências de que o modelo integral é certo ao endereçar os desafios relativos à aprendizagem, evasão e abandono, especialmente no Ensino Médio. As Escolas de Ensino Médio Integral alcançaram resultados muito positivos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

(IDEB) 2019, com uma média de 4,7 pontos, superiores aos 4,0 pontos das escolas de Ensino Médio regular. Mesmo que o Ideb 2021 apresente dados parcialmente comprometidos pelos obstáculos gerados pela pandemia, também ele indica a performance superior do modelo integral. É dizer: Ensino Médio Integral é uma estratégia-chave para a recuperação da educação brasileira.

Ainda, estudo[1] realizado com egressos do Ensino Médio Integral constatou benefícios de longo prazo do modelo. Estudantes do integral têm mais chances de ingresso no ensino superior, além de terem maior salário mensal e trabalharem em setores com alta qualificação. Adicionalmente, estudo de impacto econômico conduzido pelo Insper[2], indica que, para cada jovem estudante que tenha acesso ao Ensino Médio Integral, o benefício social médio é de R\$ 145 mil, valor seis vezes maior que o custo de um estudante no modelo integral.

Outro ponto que chama a atenção é que o Ensino Médio Integral é também eficaz no enfrentamento a violências - tema com o qual muito me preocupo e no qual sei que

tenho responsabilidade, motivo pelo qual protocolei, há mais de 3 anos, o Projeto de Lei nº 2256/2019, o qual busca fortalecer a segurança escolar, por meio de um conjunto de medidas para assegurar a integridade física e emocional dos membros da comunidade escolar.

Pesquisa[3] mostra que a ampliação da jornada escolar no Ensino Médio, aliada a um modelo pedagógico integral, estão relacionadas a menores índices de violência na escola, conforme percepção de gestores e professores. Outro estudo[4] mostra que investir em educação integral reduz os homicídios em até 50%, a partir da análise de impactos dessa política em Pernambuco, estado precursor do modelo.

Já na última década o Ensino Médio Integral era reconhecido como uma aposta para a melhoria da educação e há tempos defendendo a importância de uma escola que esteja aberta em contra turno e aos finais de semana, mantendo ainda o diálogo constante com as famílias e com a comunidade.

Hoje, com estudantes sofrendo os impactos da pandemia e com evidências de suces-

so do modelo integral, a

necessidade de investimento na política deixa de ser uma aposta e se torna uma estratégia potente e possível para o país. Potente, pois tem evidências positivas de seu impacto. Possível, porque já há bases pedagógicas estabelecidas e conhecimento acumulado para sua implantação, em diversos estados, inclusive no Mato Grosso, que conta hoje com mais de 6 mil matrículas no Ensino Médio Integral e deve investir em uma expansão robusta da política por todo o estado.

Precisamos, então, celebrar o compromisso de expansão da rede estadual em 2023, para que Mato Grosso tenha 100 unidades integrais. Atuemos, então, para a expansão do Ensino Médio Integral e, principalmente, para a garantia de um futuro potente para nossos jovens mato-grossenses e para a educação brasileira.

WELLINGTON FAGUNDES é senador pelo PL/MT



A eficiência do DIU

Dra. Giovana Fortunato (*)

Os métodos contraceptivos sempre causaram grande interesse e preocupação na sociedade. Desde o início gerou-se uma preocupação pelo alcance da relação sexual sem causar gravidez indesejada. Por esse motivo, os métodos de concepção foram aprimorados ao longo da história. Após séculos de experiências, o DIU (Dispositivo Intra-Uterino) tornou-se um método contraceptivo bastante eficiente, sendo um contraceptivo reversível e que pode ser utilizado em longo prazo. Sua segurança e eficácia trouxeram grandes resultados para a saúde da população, pois, através da prevenção de gravidez não desejada, também atua na diminuição de aborto, mortalidade infantil e materna.

Atualmente, mesmo com mais acesso a informações, o DIU ainda é pouco co-

nhecido no Brasil. Pela falta de incentivo e informações sobre ele, o seu acesso na saúde pública é dificultado, impossibilitando as mulheres de recorrerem a essa contracepção. Destarte, através de pesquisas, restou-se comprovado que o DIU é um método seguro, indicado tanto para as mulheres que não possuem condições financeiras, bem como as que apenas querem se desvencilhar de outros métodos contraceptivos bastante conhecidos, os quais, necessitam de mais atenção por parte da mulher, por exemplo, em caso da pílula anticoncepcional, o esquecimento ou o fato de tomá-lo em horários distintos, podem elevar demasiadamente os riscos de gravidez, tornando o DIU evidentemente mais cômodo, além de ter sido abordado no presente trabalho alguns tipos de DIU, o hormonal, o de cobre, o de cobre e prata

e o mais moderno Kyleena, Mirena. Os benefícios do uso de DIU são visíveis.

Antes da inserção do DIU, o ginecologista ou o médico da família costuma solicitar três avaliações principais: o exame físico, o Papanicolau e a ultrassonografia transvaginal.

O exame físico avalia principalmente a região das genitálias para conferir se não existem alterações menstruais, corrimentos, dores inexplicadas ou outros problemas que mereçam atenção. Já o Papanicolau investiga as células do colo do útero, a fim de descobrir se há algum tipo de lesão patológica ou cancerígena.

"O ultrassom transvaginal, por fim, avalia as dimensões do útero para ver se não há nenhuma variação anatômica. Ainda que estes dois últimos exames não sejam obrigatórios, é comum que sejam solicitados.

Kyleena e Mirena são dois contraceptivos hormonais reversíveis e de longa duração. O DIU Kyleena é uma nova opção de dispositivo intrauterino hormonal desenvolvido pela Bayer, o mesmo laboratório que fabrica o conhecido DIU Mirena

Diferenças entre tamanho e quantidade de hormônio liberado

Os dois dispositivos intrauterinos diferem, essencialmente, no tamanho e na quantidade de hormônio liberado. No que se refere ao tipo de hormônio, ambos liberam o levonorgestrel (progesterona).

Qual a duração dos DIUs Kyleena e Mirena?

Os DIUs Mirena e Kyleena são uma opção para as mulheres que desejam um efeito contraceptivo de longa duração. Após inserção dentro do útero, tanto o DIU Mirena® quanto o DIU Kyleena® duram 5 anos. Entretanto, podem ser retirados a qualquer momento conforme necessidade ou desejo da usuária.

Quais são as indicações de uso do DIU Hormonal?

* Desejo de contracepção eficaz de longa duração;

* Ciclo menstrual muito intenso ou prolongado;

* Quando as cólicas menstruais são frequentes;

* Mulheres em menopausa, como parte da proteção endometrial na reposição hormonal;

* Como tratamento para endometriose;

* Tratamento de sangramento anormal por miomas ou adenomiose, sem distorção da cavidade, ou por outras causas.

Quais são as vantagens do DIU Hormonal?

* Apresenta um dos menores índices de falhas de todos os contraceptivos;

* Ameniza as menstruações intensas e cólicas associadas;

* Pode ser usado durante a amamentação;

* Redução ou ausência de fluxo menstrual;

* Não precisa lembrar de tomar ou aplicar;

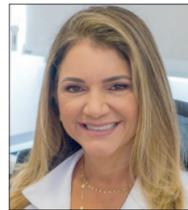
* Prazo de validade de 5 anos;

* Quando retirado, o efeito contraceptivo passa rapidamente e a mulher poderá engravidar em breve;

* Pode ser utilizado para mulheres com alto risco para trombose, diferentemente das pílulas anticoncepcionais combinadas.

O uso de qualquer tipo de DIU requer inserção por profissional devidamente habilitado. Mesmo sendo métodos muito parecidos, cada um tem indicações específicas para cada perfil de paciente. A decisão por qualquer método contraceptivo deve ser orientada e acompanhada por um médico ginecologista. A inserção pode ser com sedação em ambiente hospitalar ou ambulatorial e guiado por ultrassom. Para garantir que o DIU está posicionado corretamente, o médico pode solicitar uma ultrassonografia transvaginal logo após a inserção ou cerca de 30 dias depois. Depois de removido, o efeito contraceptivo passa rapidamente e é possível engravidar tão rápido quanto mulheres que não utilizam anticoncepcional.

DRA. GIOVANA FORTUNATO é ginecologista e obstetra, professora no HUJM, especialista em endometriose e infertilidade e integra a equipe multidisciplinar da Eladium.



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

PENTE FINO

Prefeito disse que a análise ocorre em todas as pastas municipais, sem exceções; primeira nomeação deve ser na Secretaria de Turismo

Emanuel deve trocar staff em 2023

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), está avaliando o trabalho desenvolvido pelo secretariado para decidir quem deve continuar na gestão nos seus dois últimos anos de mandato. Em conversa com a imprensa, o emedebista disse que a análise ocorre em todas as pastas municipais, sem exceções, e comentou que o quadro de gestores deve passar por mudanças.

Ele lembrou, por exemplo, que deve co-

municar em breve o novo nome para ocupar a chefia da Secretaria de Turismo, que hoje é ocupada interinamente pelo secretário de governo, Luis Cláudio (PP), que acumula funções após a saída de Zito Adrien. Este, por sua vez assumiu o posto de ouvidor na Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cuiabá (Arsec).

"Todos eles sabem que, agora, para esses últimos dois anos, estou reavaliando todos os secretários, sem exceção. Agora eu quero entrar 2023 preparando a equipe que vai encerrar os últimos dois anos de mandato comigo, ou seja, continua com o bastão ou passa o bastão diante", ressaltou.

Para os últimos anos de chefe do Palácio Alencastro, Emanuel tem lançado diversos projetos pretendendo

entregá-los até o final de 2024. Além disso, ele tem enfrentado diversas críticas em alguns setores, como a Saúde. Políticos têm reforçado o pedido do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) para que o governo do Estado faça intervenção administrativa na saúde pública do Município.

"Cada um cumpriu bem sua missão que eu dei a cada um, o papel de confiança que eu tenho perante mim, perante a Cuiabá, mas agora é natural, como gestor, depois de seis anos, que eu faça uma avaliação e eu estou fazendo uma avaliação de todos os 20 secretários, todos eles", reforçou.

Durante seus seis anos de mandato, o prefeito fez diversas mudanças em seu staff, principalmente na Saúde, com o afastamento de secretários



Durante seus seis anos de mandato, Emanuel fez diversas mudanças no secretariado

por operações policiais e investigações. A última mudança aconteceu

na Arsec, onde conseguiu colocar na principal função da autarquia o

ex-candidato a vice-governador, Vanderlúcio Rodrigues (PP).

GRUPO DE EMANUEL

Roberto Stopa busca apoio para disputar a prefeitura

Da redação

Apesar de sua insatisfação com o sistema de federação, o presidente do PV em Mato Grosso e vice-prefeito de Cuiabá, José Roberto Stopa, tenta conquistar a confiança dos seus "colegas" de casamento partidário para fortalecer o seu projeto político para 2024. Ele é o candidato natural do grupo para suceder o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB).

Na última semana, Stopa comentou que suas declarações de contrariedade têm feito que partidos importantes da base o convidem para mudar de sigla. Para evitar deixar a agremiação que ajudou a construir no estado, ele costura com a cúpula nacional uma

postura de independência para que possa manter sua possível candidatura, sem interferências do PT e PCdoB, que compõem a federação.

"Independentemente de estar ou não na federação, a primeira coisa que eu tenho que fazer é conquistar a federação, isso estou fazendo, discutir com a federação, isso eu vou fazer. Vários partidos têm convidado, partidos importantes, e partidos que fazem hoje parte do governo, tem me convidado para filiar e ser candidato. Como eu disse, política é algo muito dinâmico, é algo imprevisível, agora, podem ter certeza, nós vamos fazer essa construção na hora certa", disse em entrevista à imprensa.

Na eleição deste ano, Stopa estava cotado para encabeçar uma chapa ao governo de oposição ao governador, e até então candidato à reeleição, Mauro Mendes (União), mas, críticas de membros de outros partidos da federação ao seu projeto, fez com que desistisse de encetar às urnas.

Para evitar que o desgaste se repita, o pevista busca garantir um espaço e com apoio de diversas siglas, principalmente, os que estão na base de Emanuel Pinheiro.

BRT não!

Defensor do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), José Roberto Stopa declarou que, caso não seja candidato, não vai subir no palanque de quem defende o BRT (Ônibus de Trânsito Rápido).

ATENÇÃO, GESTORES!

Nova lei do Fethab muda regras

Gabriel Soares

O texto aprovado pela Assembleia Legislativa para renovação do Fundo Estadual e Transporte e Habitação (Fethab) adicional também alterou os critérios de utilização dos recursos encaminhados aos Municípios, obrigando os prefeitos a aumentar a parcela dos recursos que serão investidos em infraestrutura. O projeto foi aprovado na noite de segunda-feira, 19 de dezembro.

As prefeituras de Mato Grosso recebem metade dos valores que são arrecadados pelo Fethab que incide sobre o óleo diesel. Neste ano, foram arrecadados R\$ 589 milhões entre janeiro e setembro, segundo o extrato publicado pela Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) em novembro, no Diário Oficial.

Pelas novas regras, as prefeituras terão que investir no mínimo 60% dos recursos do Fethab Diesel em infraestrutura. Antes, o percentual mínimo era de 35%. Esses recursos podem ser utilizados em:

- manutenção de rodovias estaduais não-pavimentadas;
- construção e manutenção de rodovias municipais, também em pontes e bueiros;
- manutenção ou construção de bueiros e pontes de até 12 metros em rodovias estaduais não-pavimentadas;
- aquisição e manutenção de equipamentos, combustíveis, lubrificantes, peças e serviços para atender exclusivamente as obras e serviços anteriores.

O texto também alterou o limite de investimento em projetos de

habitação, saneamento e mobilidade urbana. Antes, os prefeitos poderiam investir no máximo 15% dos recursos do Fethab Diesel nessas áreas. Com o novo texto, esse limite sobe para 40%.

Porém, os prefeitos não terão mais que encaminhar à Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra) o relatório detalhado de como foram aplicados os recursos do Fethab. Esse trecho deve ser revogado, ficando os prefeitos obrigados apenas a formar conselhos deliberativos para acompanhamento e fiscalização dos recursos.

Os Municípios também ficam autorizados a utilizar os recursos do Fethab Diesel para firmar convênios com a União e o Estado, desde que envolvam obras ou serviços com a mesma finalidade.

MUDANÇAS NO ICMS

Prefeitos tentam driblar queda na arrecadação

Da redação

Os municípios têm acompanhado e cobrado a aprovação de alguns projetos de leis no Congresso Nacional, na tentativa de recompor parte das perdas de arrecadação provocadas pelas mudanças no ICMS em 2022, especialmente o imposto sobre os combustíveis. Conforme a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), a perda de arrecadação deve alcançar R\$ 220 milhões neste ano.

Dentre as proposições estão duas Propostas de Emendas à Constituição, as PECs 25 e 23. A PEC 25 garante um adicional de 1,5% ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que iria destinar cerca de R\$ 9,3 bilhões para todos os municípios brasileiros. Já a PEC 23 propõe um adicional de 1% ao FPM no mês de março.

As medidas também visam compensar os municípios com o aumento de gastos criado pela lei do piso salarial da enfermagem. Na quinta-feira (15), a Câmara dos Deputados aprovou uma PEC que autoriza o uso de fundos federais para o pagamento do piso. Porém, o presidente da AMM, Neurilan Fraga, avalia que isso ainda é insustentável.

"Essa PEC fala dos saldos de recursos da Saúde, isso não é sustentável, isso é saldo... Você tem toda a aplicação de recursos e aí, se sobrar um recurso, você vai pegar esse recurso e fica autorizado a fazer o pagamento do piso. Não é um dinheiro que vai estar lá todos os meses", explicou.

Outra medida proposta no Congresso, por meio do projeto de lei 139/2022, deve mi-

tigar os efeitos do Censo 2022, que está sendo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Muitos municípios temem uma redução drástica de arrecadação com o FPM, já que a faixa de participação é definida pelo tamanho da população.

"Vai ter um colapso nas finanças dessas prefeituras. Entramos com o projeto de lei para tentar solucionar esse risco da questão da participação do FPM, que vai diminuir. [Queremos] garantir que essa queda na arrecadação tenha uma transição de pelo menos 10 anos", afirma.

FREIO NO GOVERNO - Os prefeitos também estão aguardando a promulgação da PEC 122/2015, aprovada pelo Congresso no meio desse ano. A PEC proíbe o governo federal de criar programas ou ações para

os municípios sem apresentar a fonte de recursos para financiar. De acordo com Neurilan, os municípios já possuem centenas de programas, sendo que a União con-

tribui pouco na hora de pagar a conta.

"Essa PEC 122 fala assim: o governo pode criar, mas para criar tem que colocar a fonte financeira. E esse pro-

jeito nós aprovamos em 14 de julho e até hoje não foi promulgado pelo Congresso Nacional. Nós acreditamos que agora ele vai ser promulgado", disse.

Gilberto Leite



Presidente da AMM cobra promulgação da PEC 122/2015, que cria um 'freio' à criação de obrigações aos municípios

VITÓRIA DE MAURO

Entre os projetos aprovados estão o novo imposto da mineração, a renovação do Fethab adicional e a criação de VI para secretários

AL aprova 'pacotão do governo'

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

Os deputados estaduais aprovaram, em uma série de sessões ordinárias realizadas na segunda-feira, 19 de dezembro, o pacote de projetos enviados pelo governo nas últimas semanas para reforçar o caixa no Estado no próximo ano. Os debates se estenderam da tarde para a noite e a última sessão se encerrou por volta de 23h.

Entre as matérias que seguem para a sanção do governador Mauro Mendes (União) está a mensagem que institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) e o Cadastro Estadual de Controle e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (CERM).

Na prática, a proposta cria uma nova taxaço para a atividade de

mineração no estado. O texto inicial não agradou o setor, que contestou os valores cobrados. Por isso, o Executivo formulou um substitutivo integral, que continuou não agradando.

Junto com representantes do setor, os deputados alteraram o texto, apresentando novos percentuais. Substituição que foi aprovada pela maioria dos parlamentares, em três votações - 1ª e 2ª análise, e a redação final.

Durante a sessão, alguns parlamentares pediram destaques em suas emendas a fim de promover novas mudanças, mas apenas a alteração do deputado Max Russi (PSB) foi aprovada. Ele conseguiu apoio para que 10% do que for arrecadado com a taxaço seja destinado aos municípios.

FETHAB - Além disso, o projeto que renova a cobrança adicional do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab) também foi aprovado. O governo estima que a continuidade na cobrança possibilite uma receita de mais de R\$ 900 milhões em 2023.

O texto dessa mensagem também passou por várias mudanças, sendo que o terceiro substitutivo integral foi aprovado. Entre as alterações feitas está o prazo de vi-



Debates na Assembleia se estenderam pela tarde e última sessão teve fim após as 23h

gência que não constava inicialmente. Com isso, a cobrança do Fethab adicional vai até 31 de dezembro de 2026.

Os deputados também alteraram a divisão dos valores arrecadados pelo fundo, que ficou da seguinte forma:

- 80% serão encaminhados para Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra) para aplicação em obras de infraestrutura e construção de casas populares;
- 10% para projetos e investimentos da MT

Projetos e Participações S/A (MT Par);

- 5% para agricultura familiar;
- 5% para assistência social.

BR-163 - Para dar o pontapé inicial nas obras de duplicação da BR-163, o governo pediu a autorização para abrir o orçamento fiscal e destinar R\$ 1 bilhão para o MT Par. A proposta de crédito adicional suplementar busca atender as despesas de transferência do controle acionário e do Termo de Ajustamento de Conduta re-

ferentes à concessão da BR-163.

De acordo com a matéria, o reforço orçamentário será pelo excesso de arrecadação da Fonte 100, superávit financeiro e recursos de fundos administrados pelo órgão em anos anteriores.

VERBA INDENIZATÓRIA - Por maioria, os deputados também aprovaram a criação de verba indenizatória aos cargos em comissão e funções de confiança do Poder Executivo, como secretário de Estado, procurador-geral

do Estado, presidente de fundações e autarquias, delegado geral, comandante-geral, secretários-adjuntos, entre outros.

De acordo com a matéria, a VI será paga mensalmente "de forma compensatória à não percepção de diárias devidas aos servidores".

O governo anexou uma tabela ao projeto com a estimativa de impacto financeiro, que deve custar mais de R\$ 1,3 milhão por mês, perfazendo um total de R\$ 17,5 milhões no próximo ano.

PERDA INFLACIONÁRIA

Projeto da RGA só será encaminhado em janeiro

Gilberto Leite

Da redação

O projeto de lei que visa garantir o pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) aos servidores estaduais só deve ser encaminhado à Assembleia Legislativa em janeiro. A estimativa é do líder do governo na Casa, deputado Dilmar Dal Bosco (União Brasil), que explicou que o governo aguarda o fechamento do índice inflacionário de 2022 para então encaminhar a proposta. Ele adiantou que o reajuste apurado até novembro, de 5,21%, já está garantido.

"Falei com o secretário de Planejamento, Basílio Bezerra, e nós temos hoje um reajuste programado de inflação, que está fechado até no-

vembro, de 5,21%. Falta fechar esse mês de dezembro para ver qual é o índice que vai apurar para mandar a mensagem no início de janeiro para votar junto com o orçamento", disse nesta segunda-feira, 19 de dezembro.

Dilmar falou que o governo deve manter o pagamento da RGA no final de janeiro, como foi previsto pela Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) durante a discussão da Lei Orçamentário Anual de 2023 (LOA), que ainda não foi aprovada pelos deputados.

"Conforme a lei que aprovamos na Assembleia Legislativa, o reajuste tem que vir a partir de janeiro. Então, nós temos que aprovar no

início para já colocar no orçamento e colocar na folha de pagamento", comentou.

Além do reajuste de 2022, os servidores aguardam que o governo quite a RGA que está atrasada desde a gestão de Pedro Taques.

Os parlamentares tentaram no meio do ano sustar o efeito de um acórdão do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) que dificultou o pagamento da revisão de 4,19%, que estava prevista para 2018, mas a ideia não conseguiu o número de apoio necessário para que avançasse na Assembleia Legislativa.

O governo ainda não sinalizou que irá saldar o débito da gestão passada.



Dilmar explica que o governo aguarda o fechamento do índice inflacionário de 2022 para concluir projeto da RGA

FIM DE PAPO

Toffoli autoriza em definitivo as obras do BRT

Da redação

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou em definitivo as obras de implantação do Bus Rapid Transit (BRT) em Cuiabá e Várzea Grande. A decisão foi publicada na segunda-feira (19) e confirma a medida liminar que o magistrado havia concedido anteriormente.

Na ação, o magistrado decidiu que o Tribunal de Contas da União (TCU) não possui competência para atuar no processo que envolve a implantação do BRT e, portanto,

cassou a decisão do TCU que havia suspenso as obras.

"Não há impedimentos ao TCU para que faça recomendações aos seus jurisdicionados, tais como às dirigidas ao Ministério do Desenvolvimento Regional. No entanto, falece competência a Corte de Contas da União para analisar e julgar os procedimentos administrativos e contratações de obras e serviços inerentes ao VLT/BRT cuiabano", diz trecho da decisão.

Na ação, movida pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), é re-

latado que a Prefeitura de Cuiabá tentou impedir a implantação do BRT por meio de duas ações: uma no Tribunal de Contas da União e a outra no TCE-MT.

O processo no TCE foi rejeitado e as obras devidamente autorizadas. Já o TCU acatou a representação e havia suspenso a continuidade das obras.

SEM VERBAS FEDERAIS - Ao analisar o caso, o ministro Dias Toffoli deu razão aos argumentos apresentados pelo TCE quanto à incompetência do TCU em intervir no assunto.

"Atualmente inexistente a utilização de verbas federais empregadas no empreendimento, em razão da rescisão do contrato referente a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) para a Copa do Mundo de 2014, ainda no ano de 2017. Ademais, é fato que houve a quitação antecipada do contrato de financiamento (recursos do FGTS e do BNDES) firmado pelo Estado do Mato Grosso com a Caixa Econômica Federal", mencionou.

Para o ministro, houve "usurpação de competência" do TCU ao de-

cidir sobre o BRT, pois esse tema somente o TCE teria legitimidade para tratar.

"Descabe à Corte de Contas da União fiscalizar o cumprimento da legislação federal no atual processo de implantação do VLT/BRT que está sendo conduzido exclusivamente pelo governo do Estado do Mato Grosso e pelo Município de Cuiabá" ressaltou.

Dias Toffoli pontuou que o TCU pode apenas fazer recomendações, mas não tem poder de decidir sobre a realização ou não da obra.

"Falece competência a Corte de Contas da União para analisar e julgar os procedimentos administrativos e contratações de obras e serviços inerentes ao VLT/BRT cuiabano. Ante o exposto, concedo a segurança impetrada, para cassar os efeitos do acórdão prolatado pelo TCU, nos autos da Representação nº 000.407/2021-6, reestabelecendo-se a competência fiscalizatória do TCEMT quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das obras propriamente ditas do 'VLT/BRT' cuiabano", decidiu.

APROVADO NA CÂMARA

Membros mais bolsonaristas da bancada federal se posicionaram contra a liberação do gasto extra para viabilizar o Auxílio Brasil de R\$ 600

Trio vota contra PEC da Transição

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Gabriel Soares

Apenas três dos oitos deputados que compõem a bancada federal de Mato Grosso votaram contra PEC da Transição, que amplia o teto de gastos para permitir a manutenção do Auxílio Brasil de R\$ 600 em 2023. O primeiro turno da votação na Câmara dos Deputados foi realizado na noite desta terça-feira, 20 de dezembro. A PEC foi aprovada com 331 a favor e 168 contra.

Membros mais bolsonaristas da bancada federal, Dr. Leonardo (Republicanos), José Medeiros (PL) e Nelson Barbudo (PL) foram contra a liberação do gasto extra.

Vice-líder do presidente Jair Bolsonaro na

Câmara, José Medeiros usou as redes sociais para divulgar seu voto contra a PEC da Transição. “Rombo nas contas públicas ‘não’”, escreveu o deputado.

Barbudo e Leonardo não comentaram sobre a votação.

Carlos Bezerra, Emanuelzinho e Juarez Costa (os três do MDB), Neri Geller (PP) e Rosa Neide (PT) votaram a favor do texto. Em vídeo, Emanuelzinho defendeu a PEC da Transição como forma de viabilizar assistência social para cerca de 100 milhões de brasileiros.

“A PEC da Transição é necessária. Economia nacional não é igual a economia doméstica. Os juros já estão elevados, então não dá pra buscar somente ajuste fiscal nesse momento. A hora é de investir, para que o Brasil possa reacender os motores de sua economia e continue com condições de garantir as políticas sociais essenciais, como o Auxílio Brasil”, justificou Emanuelzinho, em vídeo divulgado no Instagram.



Dr. Leonardo, José Medeiros e Nelson Barbudo criticam a flexibilização do teto de gastos para viabilizar o Auxílio Brasil

“Acabei de votar SIM a favor da PEC do Bolsa Família. Queremos comida na mesa, dignidade e a retomada do crescimento”, escreveu Rosa Neide.

O texto-base da PEC da Transição aprovado pela Câmara dos Deputados é diferente do que foi votado no Senado Federal. Com as alterações, a proposta precisa retornar ao Senado para uma nova votação, mas a previsão é que isso

aconteça ainda na quarta-feira (21).

A proposta foi alterada após o Supremo Tribunal Federal (STF) emitir duas decisões cruciais para o futuro governo. O ministro Gilmar Mendes decidiu, de forma monocrática, que os gastos sociais podem ser excluídos do teto de gastos, o que acabou com a necessidade da PEC. Já o plenário da Suprema Corte decidiu pela inconstitucionalidade

do orçamento secreto, também chamado de emendas do relator.

Diante disso, líderes do Congresso costuraram um acordo com Lula para reduzir a validade da PEC da Transição, de dois para um ano, removendo ainda alguns dispositivos para reduzir seu impacto fiscal da medida, o que agradou o mercado financeiro. O acordo para viabilizar a aprovação da PEC também incluiu

um rateio das verbas do orçamento secreto.

Apesar das alterações e das decisões do STF, a PEC da Transição continua sendo o plano principal do futuro governo para viabilizar o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 600, uma promessa de campanha de Lula. O texto aumenta o teto de gastos em R\$ 14,5 bilhões, além de liberar da regra fiscal R\$ 23 bilhões para investimentos ainda este ano.

ÚLTIMA CARTADA

Emanuel exige parecer técnico de obras do BRT

Da redação

O projeto de implantação do Ônibus de Trânsito Rápido (BRT) está sendo analisado por uma equipe técnica da Prefeitura de Cuiabá antes de ser colocado em prática. A informação é do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), opositor ferrenho ao modal, que substituirá o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), cujas obras deveriam ter sido concluídas antes da Copa do Mundo 2014. A análise técnica pode ser vista como uma úl-

tima cartada para emperrar as obras, lançadas por seu desafeto político, o governador Mauro Mendes (União Brasil).

O anúncio foi feito após o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de uma decisão monocrática do ministro Dias Toffoli, atender ao pedido do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e cassar os efeitos de um acórdão da Corte de Contas da União (TCU), que impediu a mudança do sistema de transporte. O ministro acatou

a tese de usurpação de competência.

Sobre o assunto, o prefeito voltou a repetir a famosa frase de que decisão judicial não se discute, se cumprir, mas deixou claro que as obras só serão iniciadas se a equipe técnica entender que a documentação apresentada atende a todos os critérios estabelecidos pelo Município. O gesto adiantou que não há prazo para conclusão dos estudos.

“Não é o Estado que vai definir quando quer. É dentro do tempo do

Município, com estudo técnico e com a responsabilidade que esse assunto requer. Encaminhei para a Secretaria de Obras, encaminhei para Semob [Secretaria de Mobilidade Urbana], encaminhei para o Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e, no seu tempo, com nossos técnicos, com toda responsabilidade que não tiveram no passado, vamos fazer um estudo técnico e se estiver tudo ok será aprovado. Se não estiver tudo ok será reprovado ou vamos expedir diligências

pedindo novas documentações ou adequações no projeto”, destacou.

O prefeito comentou que o governo vai ser tratado com qualquer outro cidadão e lembrou que na capital qualquer obra precisa de autorização do município.

“Cuiabá tem líder, tem prefeito, tem gestor, aqui tem norma, tem regra e essa regra vai ser cumprida, tem que ser cumprida, se é exigido do cidadão comum que cumpra, se ele vai derrubar o muro

ou se vai fazer um banheiro na casa dele no outro dia está um fiscal notificando ele. Um dono de boteco, de um bar, que quer ampliar o seu barzinho chega no outro dia está um fiscal lá notificando ele, porque um Estado ou uma grande empresa começa a fazer uma grande obra aqui e não tem que ter autorização do Município e nem a fiscalização?”, questionou.

O governo já começou a retirada dos trilhos do VLT em Várzea Grande para dar início às obras do BRT.

NOVO FETHAB

AL tenta legalizar repasses a entidades do agro

Da redação

Deputados estaduais tentaram resolver uma antiga dor de cabeça ao aprovar a prorrogação do Fethab adicional na noite desta segunda-feira, 19 de dezembro. Trata-se da destinação de recursos para as fundações específicas de setores do agronegócio, como o Instituto da Pecuária de Corte (Inpec-MT), que enfrenta ações de inconstitucionalidade na Justiça Estadual.

Somente uma das entidades, o Instituto Mato-grossense do Agronegócio (Iagro-MT), teria recebido cerca de R\$ 55 milhões em apenas seis meses por meio desse mecanismo.

O repasse de recursos arrecadados junto ao Fethab para esses institutos passou a ser questionado em meados de 2021, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) levantou a suspeita de

que o produtor rural Antônio Galvan, ex-presidente da Aprosoja, teria usado recursos públicos para financiar atos antidemocráticos em Brasília.

Após o caso vir à tona, a Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) e o Partido dos Trabalhadores (PT) ingressaram com ações na Justiça Estadual, questionando a legalidade desses repasses. Em suma, o Ministério Público afirma que as entidades estariam usando ilegalmente a estrutura pública para recolher taxas em benefício próprio, “transformando o Estado em seu escritório de cobranças”.

Na tentativa de solucionar o problema, a Assembleia estipulou que as entidades do agro poderão firmar convênio com a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) para utilizar o aparato de cobrança do Estado, mediante o pagamen-

to de uma taxa. O valor dessa taxa será definido pela própria Sefaz, anualmente.

Os deputados também criaram ‘amarras’ para o uso desses valores. A nova lei especifica que os recursos arrecadados junto ao Fethab não poderão, em hipótese alguma, ser utilizados em atividades político-partidárias. Além disso, as entidades beneficiadas deverão divulgar anualmente um balanço financeiro da utilização desses recursos e terão que prestar contas à Assembleia Legislativa, mantendo ainda uma cópia desses documentos em seus sites por, pelo menos, 5 anos.

“Só estamos trazendo mais transparência. Inclusive, colocar em jornal de grande circulação ou diário oficial e trazer toda a informação, para a próxima Assembleia Legislativa e a comissão de fiscalização acompa-

nhar todos os recursos arrecadados e aplicados”, explicou o deputado Dilmar Dal Bosco (União). “Eles vão ter que aplicar com as informações em sites, jornais e na própria Iomat, talvez, para que tenha essa informação de aplicação e dar mais transparência”, enfatizou.

Com essas alterações, os deputados esperam resolver o problema questionado no Tribunal de Justiça. O processo segue tramitando na Corte Estadual e três desembargadores já votaram pela inconstitucionalidade da cobrança da forma como estava.

“A questão é o Tribunal analisar, se essa lei, as modificações e essa exigência que a Assembleia está colocando, servem ou não, para que tenha aí o conhecimento do Tribunal de Justiça estar julgando”, concluiu Dilmar.



Dilmar afirma que medidas buscam dar transparência aos repasses, que são questionados na Justiça pelo MP

REQUALIFICAÇÃO

O prefeito Emanuel Pinheiro assinou a ordem de serviço das obras de renovação de um dos principais símbolos da cuiabania

Mais de R\$ 120 milhões serão investidos no Mercado Municipal

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

Com quatro pavimentos, mais de 180 lojas, praça de alimentação, quiosques, restaurantes em ambiente climatizado, a ordem de serviço para requalificação do Mercado Municipal Miguel Sutil foi assinada na quarta-feira, 21 de dezembro, pelo prefeito Emanuel Pinheiro (MDB). Serão investidos mais de R\$ 120 milhões em área bruta de 3.674 m².

"Me sinto orgulhoso de poder liderar um momento como este, onde vamos trazer a juventude, a boêmia de volta ao Centro Histórico, dando sequência ao movimento iniciado pelo ex-prefeito Emílio Vicente Vuolo. O que antes estava abandonado, agora recebe

toda prioridade", disse o prefeito.

O início das obras estão previstas para os próximos meses e é fruto de uma Parceria Público-Privada (PPP), formalizada entre a Prefeitura de Cuiabá e o Consórcio C.S.Mobi. O contrato está sob a coordenação da Secretaria de Agricultura, Trabalho e Desenvolvimento Econômico (SMATED).

"Temos que dar vida a essa linda e histórica região de Cuiabá e a solução encontrada foi através da primeira PPP. Se Deus quiser, vamos entregar até dezembro de 2024, esse é o nosso desejo", afirmou Emanuel.

Além da construção e operação do novo espaço, também será feita a requalificação das vias nas intermediações, criação de espaços adequados aos pedestres, modernização do mobiliário urbano, como por exemplo, bancos públicos, pontos de ônibus, suporte para bicicletas e relógios com conectividade e, por fim, a implantação do estacionamento inteligente, com



Gilberto Leite

Inaugurado na década de 60, esta é a primeira vez, nos últimos 30 anos, que o local irá passar por restauração

base nos aspectos arquitetônicos que retratam às origens regionais.

A nova estrutura contará com a implantação do estacionamento rotativo, destinado a receptividade de carros e motos com mais de 600

vagas, gerenciado por tecnologia moderna, de alta qualidade e sistema automatizado com sensores para identificar a disponibilidade de vagas, compra e recarga de crédito, na modalidade gaveta, facilitando

o acesso dos turistas e clientes ao novo cartão postal.

"Os estacionamentos terão parquímetros, sensores, interligados por sistemas automatizados, trazendo para Cuiabá, a modernização

na mobilidade urbana, em virtude da grande movimentação, facilitando a vida dos clientes em compras. É preciso pensar na nossa capital como um todo, essa PPP é um belo exemplo de ações que geram retorno, resultados para a população", disse Francisco Vuolo, secretário da SMATED.

Em contrapartida, a meta da administração atual é superar barreiras, chegando à marca de cinco (5) mil vagas, distribuídas na zona urbana da capital nos próximos anos.

O líder da associação dos permissionários, Sebastião Freitas, reiterou o ponto final da celeuma em torno do negócio popular. "O prefeito Emanuel Pinheiro foi o único a nos receber, ouvindo as nossas necessidades e afirmou que iria mudar a realidade e assim fez, garantindo o nosso retorno após o término das obras, dando todo o suporte necessário durante o processo. Nosso muito obrigado", completou.

(Com informações da Assessoria de Imprensa)

CAOS AMBIENTAL

Apenas 16% do lixo de Cuiabá é reciclado; coleta muda em 2023



Gilberto Leite

A coleta seletiva, segundo apresentado, será implantada por meio de um cronograma

Da redação

Apenas 16% do lixo recolhido em Cuiabá é reciclado. O dado foi divulgado pelo prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) na última sexta-feira, 16 de dezembro, durante apresentação do cronograma de desativação do atual lixão. Os resíduos coletados passarão a ser encaminhados ao novo aterro sanitário, o Ecoparque Pantanal, que será administrado pela Orizon Participações. O novo local fica próximo ao Pedra 90.

Para tentar mudar o cenário, a prefeitura estíma implantar um pro-

grama de coleta seletiva na cidade com perspectiva de que a separação de materiais recicláveis aconteça de porta a porta em julho do ano que vem.

"Olha o que deixamos de ganhar, o que a sociedade deixou de ganhar, o meio ambiente deixou de ganhar porque apenas 16% do que é descartado é reciclado. É vergonha essa realidade para uma capital de 300 anos. Nós temos que preparar Cuiabá para o futuro, colocar Cuiabá nos trilhos do futuro para darmos um impulso para o desenvolvimento da nossa capital", disse o prefeito.

A coleta seletiva, segundo apresentado, será implantada por meio de um cronograma. Em abril de 2023, quando Cuiabá completa 304 anos, a Prefeitura entregará oito ecopontos, que serão distribuídos nas quatro regiões da cidade. Um mês depois, a Orizon Participações deverá entregar mais quatro ecopontos, também distribuídos nas quatro regiões da cidade.

Já em julho de 2023, está previsto para começar a coleta porta a porta e em 2024 a instalação do Centro de Triagem Mecanizada para as cooperativas.

DESATIVAÇÃO - O processo de desativação do atual aterro sanitário de Cuiabá será gradativo com término previsto para março de 2023. O atual aterro ocupa uma área de 65 hectares na região do Coxipó do Ouro, desde os anos 1990.

Segundo a prefeitura, o local recebeu mais de 4 milhões de toneladas de lixo nos 30 anos de funcionamento. Atualmente, mais de mil toneladas de lixo são descarregados diariamente no local.

A Prefeitura pretende retirar todo o lixo de lá e encaminhar ao novo espaço para destinação adequada.

TRÂNSITO DE VG

Números de acidentes sem vítimas caem 7,3% este ano

Da redação

O número de acidentes de trânsito sem vítimas em Várzea Grande, entre janeiro e novembro deste ano, caiu 7,3% em relação ao mesmo período de 2021. Foram 944 ocorrências no ano passado e 875 neste ano. Os dados são da Guarda Municipal de Várzea Grande (GMVG), que atendeu às ocorrências.

Com exceção de julho e outubro, em todos os meses observa-se a redução dos registros de ocorrências no trânsito.

Alexander Gouveia Ortíz, subcomandante da Guarda Municipal, atribui essa diminuição às operações conjuntas que são realizadas constantemente no municí-

pio, por meio do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) estadual, em parceria com o Detran, a Polícia Civil e a Polícia Militar.

"Essas fiscalizações integram a Operação Lei Seca e as operações municipais contra poluição sonora", diz Alexander Gouveia também destaca como efetiva a participação dos meios de comunicação, que, segundo ele "são uma ferramenta de conscientização e de ajuda no combate à violência no trânsito, pois levam informações aos motoristas do município de Várzea Grande", avalia.

Ainda conforme o subcomandante, esse esforço conjunto para reduzir os casos de aci-

dentos no trânsito em Várzea Grande também é reforçado pelos projetos Arte de Proteger e Paz e Segurança na Comunidade Escolar, tanto públicas quanto particulares, ambos da Guarda Municipal.

Vale destacar que a Guarda Municipal somente confecciona boletins de ocorrência de acidentes sem vítimas, uma vez que os casos com vítimas são apurados pela Delegacia Especializada de Delitos de Trânsito (Deletran). Os casos leves que encerram em acordo entre as partes, que dispensam atendimento da GMVG, e casos de veículos abandonados nas vias públicas também não são registrados.

Box de vidro em diversas cores e modelos

PEÇA UM ORÇAMENTO!

(65) 3642-3344
(65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS
www.casadosvidros.com.br

MAIS CARA DA HISTÓRIA

Apesar do aumento de 88% no custeio da safra, produtores recorreram menos a financiamentos, tirando quase R\$ 19 bilhões do próprio bolso

Custo da safra chega a R\$ 58 bi

Marcos Vergueiro/Secom-MT

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá**Da redação**

Os produtores de soja de Mato Grosso aumentaram o uso de recursos próprios para financiar a safra 2022/2023, aponta um estudo realizado pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea). O total do custeio dessa safra foi de R\$ 57,99 bilhões, sendo que 33% veio direto do bolso do produtor, o que equivale a R\$ 18,87 bilhões.

Já o financiamento por multinacionais se manteve no mesmo patamar que na safra 2021/2022, respondendo por 30% do custeio. Outras fontes de recursos, por outro lado, reduziram sua participação na safra, como o financiamento de bancos com recursos federais, que caiu para apenas 2% dessa safra, três vezes menor que na

safra 21/22, quando respondeu por 7% do custeio. O sistema financeiro também reduziu sua participação de 25% para 17%.

De acordo com o estudo, o uso de mais recursos próprios nessa safra tem como principal motivação o fato de os produtores estarem bem capitalizados, pois foram beneficiados pelos aumentos nos preços das commodities. Com isso, eles preferiram fazer as negociações de insumos com pagamento à vista para obterem melhores preços no mercado e escaparem das taxas de juros dos financiamentos.

“Pagamentos à vista garantem em algumas negociações descontos maiores do que a prazo, principalmente na compra de fertilizantes e defensivos, que apresentam uma maior participação dentro do custeio e que atingiram níveis elevados no último ano”, diz trecho do documento divulgado pelo Imea na quinta-feira (15).

Além disso, a disparada da taxa básica de juros, a Selic, foi um dos fatores que levou à redução na participação de recur-



Total do custeio dessa safra foi de R\$ 57,99 bilhões, sendo que 33% veio direto do bolso do produtor

sos federais no custeio da safra. Conforme os dados do Banco Central, a Selic saiu de 2% em março de 2021 para 13,75% em setembro deste ano, uma alta histórica de 11,75 pontos percentuais (p.p.) em um período tão curto, o que encareceu demais o crédito.

Ainda de acordo com o Imea, os recursos federais destinados para o cultivo da oleaginosa não foram suficientes para cobrir a disparada do custo de produção, que sofreu um aumento abrupto devido à guerra entre Rússia e Ucrânia e pandemia de covid-19.

Os países envolvidos no conflito estão entre os principais produtores de fertilizantes do mundo, fazendo os preços desse insumo dispararem.

Esse cenário fez com que o custeio sofresse uma alta de expressivos 88%, quando comparado com a safra 2021/22,

que teve um custo de R\$ 30,86 bilhões.

“Esse aumento nas despesas se deu, sobretudo, pela alta nos preços dos insumos agrícolas na última safra, principalmente para os fertilizantes, que apresentaram uma variação de +118,59% no seu custo”, afirma.

PASSOU DO PONTO

"Inflação do churrasco" dispara

Gilberto Leite

Da redação

O churrasco é uma paixão do brasileiro, que não abre mão de ‘queimar uma carne’ ao confraternizar com família e amigos em datas especiais. Porém, esse evento vem se tornando mais caro a cada ano que passa, com um crescimento de preços muito acima da inflação. Para se ter ideia, a inflação da picanha foi de 82% entre dezembro de 2014 e dezembro de 2022, bem acima da inflação oficial no período, que ficou em torno de 60%.

Conforme dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), o preço da picanha em 2014 era de R\$ 36,44, data em que o Instituto fez o primeiro levantamento no varejo. O Imea deixou de divulgar os preços varejistas ao final de 2020, mas a reportagem fez o cálculo da média de preços em cinco açougues na Capital e chegou ao valor de R\$ 66,59/kg para o corte mais nobre.

Outra ‘queridinha’ dos churrasqueiros, a maminha também não ficou de fora da explosão de preços. O quilo desse corte saiu de R\$ 21,76 em dezembro de 2014, para R\$ 40,37 em dezembro desse ano, registrando um aumento de 85% ao longo de 8 anos. Os demais cortes para churrasco também acompanharam a mesma tendência.

Para quem não abre mão da carne bovina no churrasco, a fraldinha é uma boa pedida. O corte é saboroso e possui menor preço na comparação com a picanha, maminha, contrafilé e



Se a 'inflação do churrasco' fosse parâmetro para correção salarial, mínimo em 2022 deveria ser de R\$ 1.297

alcatra (os principais cortes de churrasco, que foram pesquisados pela reportagem). A fraldinha pode ser encontrada por um preço médio de R\$ 34,53. É o mais barato, mas ainda acumula alta de 92% desde dezembro de 2014, quando era vendida por R\$ 17,99.

Em 2014, o quilo da fraldinha correspondia a 2,5% do salário mínimo, que era de R\$ 724. Atualmente, esse percentual é um pouco maior, de 2,84%, considerando o salário mínimo de R\$ 1.212. Já a picanha, em 2014, correspondia a 5% do salário mínimo, contra 5,5% do salário mínimo atual.

A média de preços dos 5 principais cortes para churrasco, em 2014, foi de R\$ 24,74. Já em dezembro de 2022, essa média é de R\$ 44,36, o que resulta em uma ‘inflação’ de 79,2% em 8 anos. Portanto, se a ‘inflação do churrasco’ fosse usada como base para o reajuste salarial, o valor do mínimo de-

veria ter sido de R\$ 1.297 em 2022.

Por outro lado, a inflação oficial, medida pelo IBGE, foi de 59,72% nesse mesmo período, quase 19 pontos percentuais a menos que a inflação dos churrasqueiros.

POR QUE A CARNE DISPAROU?

A disparada do preço da carne bovina começou a ser sentida com mais intensidade no ano de 2019, quando a média dos cortes para churrasco aumentou 41,5% na comparação com os últimos meses de 2018. Esse aumento foi pautado principalmente pela pressão das exportações e também pela redução

de bovinos prontos para o abate.

Depois, veio a pandemia de covid-19, no início do ano de 2020, o que fez grande parte da cadeia produtiva mundial reduzir suas atividades para conter a disseminação do vírus. Isso fez faltar insumos no mercado e resultou em um aumento generalizado de preços, que chegou até os consumidores.

Atualmente, os custos seguem elevados, mas há expectativa de redução de preços ao consumidor em 2023, pois os pecuaristas estão aumentando o abate de fêmeas após uma grande retenção nos últimos anos.

PERSPECTIVAS DO AGRO

Oportunidades e incertezas em 2023

Da redação

O ano de 2023 deve ser pautado pela valorização das commodities agrícolas mato-grossenses, com exceção da carne bovina e algodão. É o que apontam os boletins anuais do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), divulgados nessa semana.

As análises do Imea apontam que a demanda pelo milho mato-grossense deve aumentar, pois é esperada uma redução da oferta no mundo, com falta de chuvas nos Estados Unidos, dificuldade para semear na Argentina e as incertezas quanto à guerra na Ucrânia. Além disso, indica o boletim, a entrada da China no mercado brasileiro pode aumentar as cotações do cereal.

O produtor também deve contar com bom volume de chuvas durante o plantio do milho, o que deve beneficiar a produtividade. A estimativa é de produzir 46,41 milhões de toneladas na temporada 22/23, com o uso de 7,41 milhões de hectares para o plantio. A produção deve aumentar quase 6% em relação à safra passada, que foi de 43,80 milhões de toneladas.

A demanda pela soja também deve seguir aquecida no próximo ano, afirma o Imea, que estimou uma área plantada 2,95% maior na safra 22/23 em comparação com a temporada anterior, alcançando 11,73 milhões de hectares. A produtividade também deve ter alta de 1,80%, prevista em 58,51 sacas por hectare, com uma estimativa de produzir 41,46 milhões de toneladas.

A preocupação dos produtores é quanto à possibilidade de excesso de

chuvas durante a colheita, que deve iniciar ainda em dezembro, o que pode provocar danos aos grãos da oleaginosa. Por outro lado, Mato Grosso deve bater recorde de consumo de soja. A estimativa do Imea é que 27% da produção da soja seja consumida em Mato Grosso, equivalente a 11,30 milhões de toneladas.

Se para a soja e milho a situação é positiva, outras culturas como a carne bovina e do algodão enfrentarão incertezas no ano que se aproxima. Os produtores de algodão no estado já têm visto suas negociações sendo reduzidas, uma espécie de prenúncio da recessão nas principais economias do globo e de restrições comerciais na China devido ao aumento de casos de covid.

Além disso, o algodão é a cultura mais suscetível às intempéries climáticas, o que aumenta as incertezas quanto ao próximo ciclo.

“No entanto, estima-se uma produção de 4,91 milhões de toneladas de algodão em caroço, 12,19% superior à do ciclo 21/22, pautada pela expectativa de um melhor rendimento para a temporada. Por fim, há fatores ainda em aberto, como o clima, que serão determinantes para que essa projeção se concretize”, alerta.

Já na cadeia produtiva de carne, o setor espera que ocorra aumento do consumo interno da proteína, na tentativa de impulsionar o preço da arroba, que está no mesmo patamar de dezembro de 2020. O preço pago pela arroba do boi gordo tem sido insuficiente para cobrir os custos e os pecuaristas dizem levar prejuízo de R\$ 13 por arroba.

PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

PUBLICAR

PEGOS NA HIPOCRISIA

Bloco fez muita pressão contra combustíveis fósseis, mas hoje tem neles sua principal fonte de energia para enfrentar o inverno

'Europa ficou em saia justa na COP'

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

O presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt), Gustavo de Oliveira, afirmou que a União Europeia ficou 'numa saia justa' durante a Conferência do Clima (COP 27), que ocorreu no início do mês de novembro, no Egito. O motivo da 'saia justa' é que a Europa fez muita propaganda contra a geração de energia por meio de fontes consideradas 'suas', como o óleo diesel e carvão, mas passou a usar essas mesmas fontes para gerar a maior parte de sua energia nos últimos meses.

"A Europa ficou numa saia justa lá, porque na COP-26, em Glasgow, em território europeu, no ano passado, todo mundo só falava que precisava de energia limpa, tinha que descarbonizar a economia, parar de gerar energia com fonte suja. A Europa vai fechar 2022 com maior consumo de carvão para usinas térmicas e fonte de energia de toda a história", disse Gustavo,

em entrevista à Rádio CBN Cuiabá na terça-feira (20).

A razão para a Europa estar usando fontes de energia consideradas 'suas', que pioram o quadro das mudanças climáticas, é a guerra entre Rússia e Ucrânia. Após o início do conflito, em fevereiro deste ano, diversos países aplicaram sanções econômicas contra o país agressor. Como consequência, a Rússia reduziu o fornecimento de gás natural para a Europa e estabeleceu que só aceitaria pagamentos em rublos, a moeda oficial russa, o que acabou por reduzir ainda mais o número de compradores.

Além disso, houve uma sabotagem em dois gasodutos, o que impediu por completo o fornecimento de gás natural. Com a chegada do inverno no velho continente, os europeus precisaram voltar a usar carvão para gerar energia e aquecer as residências contra o frio que, em alguns países, deve ficar abaixo de 0 graus por vários meses.

Ainda de acordo com Gustavo, que esteve na Conferência no Egito, isso serviu para a Europa se "lembrar" que cerca de 800 milhões de pessoas no mundo não possuem acesso à energia elétrica, e que cerca de 1 bilhão de pessoas em todo mundo passam

fome, principalmente na Ásia e na África.

Gustavo ainda cobrou uma contribuição maior dos países ricos para conter as mudanças climáticas, já que foram eles que mais se beneficiaram com a 'carbonização' da economia no último século.

"Não tivemos uma solução para o financiamento claro disso. Isso ficou para a próxima COP, aliás, como sempre tem ficado para a próxima Conferência do Clima. É fundamental os países se organizarem para chegar na próxima Conferência, que vai ser em Dubai, já com soluções para apresentar, com metas claras e com o desdobramento de quem vai ajudar a atingir essas metas", concluiu.



Presidente da Fiemt ressalta que países ricos precisam aumentar contribuição para conter as mudanças climáticas

POR 30 ANOS

Parque de Chapada é concedido por R\$ 1 mi

Da redação

O Parque Nacional da Chapada dos Guimarães foi concedido à iniciativa privada em leilão realizado na B3, em São Paulo, na quinta-feira, 22 de dezembro. A empresa Parques Fundos de Investimento de Participação e Infraestrutura venceu o leilão com proposta de R\$ 1,009 milhão, 9% acima do valor mínimo estipulado pelo edital, que era de R\$ 925,8 mil.

A MT Participações e Projetos S/A (MT Par),

empresa de economia mista ligada ao governo de Mato Grosso, também manifestou interesse em administrar o parque. Contudo, a autarquia foi inabilitada no processo de leilão, por ter apresentado documentação fora das normas exigidas pelo edital. Ainda cabe recurso nessa decisão.

O contrato tem validade de 30 anos e prevê R\$ 18,5 milhões em investimentos para modernização do parque. A concessionária deverá reformar as tri-

lhas, melhorar os estacionamento, implantar um sistema de transporte interno no parque e construir estruturas para visitação.

O Parque da Chapada dos Guimarães tem área de 32,6 mil hectares e se configura como uma das mais importantes áreas de preservação do cerrado. No local, há nascentes de rios que formam o Pantanal, além de várias cachoeiras e sítios arqueológicos, que são os principais atrativos turísticos. O parque recebe

entre 170 mil e 200 mil visitantes por ano.

Há previsão de cobrança de ingressos para os turistas que frequentarem o parque, que podem variar de R\$ 25, para pessoas da Baixada Cuiabana, até R\$ 100 para visitantes de outras regiões. A estimativa é que a concessionária arrecade até R\$ 13 milhões por ano com a cobrança desses ingressos.

Além disso, o contrato prevê investimento de mais R\$ 200 milhões na operação e gestão do parque.

Em DIREÇÃO à Luz

Seu amor ilumina.

O que a vida aproxima brilha para sempre.

Unimed Cuiabá

ANS - nº 34208-4